



11

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA: REFLEXOS NA ATENÇÃO AO USUÁRIO NEGRO

▶ **Nicolas Madeira Flores**

Graduando em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

▶ **Fabio Kaian Silva Costa**

Graduando em Odontologia pela UNINASSAU

▶ **João Gabriel Felipe Fernandes**

Graduando em Odontologia pela UNINASSAU

▶ **Júlio César Quintino da Silva**

Graduando em psicologia pela UNIVERSO - Campus Goiânia

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8284-510X>

▶ **Thais Fernanda Pimenta**

Pós-Graduada em Atenção Domiciliar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

▶ **Andréa Lúcia de Melo Campelo**

Mestra em Perícias Forenses pela faculdade Odontologia de Pernambuco/UPE

 ORCID: 0000-0001-5172-1973

▶ **Clarice Lima do Canto Abreu**

Mestrado em Vigilância Sanitária pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde INCQS/ Fiocruz

▶ **Daiane Dalmarco**

Mestra em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

 ORCID: 0009-0007-9203-5698

▶ **Henrique Cananosque Neto**

Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8783-5984>

► José Antonio da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Americana - FUUSA - Florida University. e Dr.
em Ciência Jurídica pela FICS-Facultad Interamericanana de Ciencias Sociales.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A persistência das desigualdades raciais no sistema de saúde brasileiro evidencia a necessidade de uma formação profissional pautada na educação antirracista, especialmente na saúde pública, que historicamente reflete estruturas excludentes e discriminatórias. **OBJETIVO:** Analisar os reflexos da educação antirracista na formação em saúde pública e sua influência na qualidade da atenção prestada ao usuário negro. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, realizada a partir da seleção e análise de oito artigos científicos disponíveis em bases reconhecidas, como SciELO, BVS e Google Acadêmico. Foram considerados critérios de inclusão como publicações entre 2018 e 2025, em português, inglês ou espanhol, com acesso gratuito e que tratassem da temática em questão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados apontam que a formação em saúde pública ainda apresenta lacunas significativas na abordagem das questões étnico-raciais, havendo resistência institucional para integrar conteúdos que enfrentem o racismo estrutural. Por outro lado, iniciativas baseadas no letramento racial e na promoção de currículos inclusivos revelaram potencial transformador, ampliando a sensibilidade e a qualidade do cuidado ofertado a usuários negros. A atuação da enfermagem se destaca como eixo central na construção de práticas equitativas e acolhedoras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a educação antirracista é essencial para uma formação crítica e transformadora, mas sua efetivação exige compromisso institucional, revisão curricular e políticas de apoio a discentes e docentes. A pesquisa contribui para o fortalecimento do debate acadêmico e social sobre equidade em saúde, mas reconhece como limitações o enfoque exclusivamente bibliográfico e a ausência de dados empíricos. Sugere-se que estudos futuros explorem experiências práticas e indicadores de impacto da formação antirracista nos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em Saúde; Equidade em Saúde; Racismo Institucional; Saúde da População Negra.

11

ANTI-RACIST EDUCATION IN
PUBLIC HEALTH TRAINING:
REFLECTIONS ON CARE FOR
BLACK USERS

ABSTRACT

INTRODUCTION: The persistence of racial inequalities in the Brazilian health system highlights the need for professional training based on anti-racist education, especially in public health, which historically reflects exclusionary and discriminatory structures. **OBJECTIVE:** To analyze the impact of anti-racist education on public health training and its influence on the quality of care provided to black users. **METHODOLOGY:** This is qualitative research, of the integrative literature review type, carried out from the selection and analysis of eight scientific articles available in recognized databases, such as SciELO, BVS and Google Scholar. Inclusion criteria were considered as publications between 2018 and 2025, in Portuguese, English or Spanish, with free access and that dealt with the topic in question. **RESULTS AND DISCUSSION:** The findings indicate that public health education still presents significant gaps in addressing ethnic-racial issues, with institutional resistance to integrating content that addresses structural racism. On the other hand, initiatives based on racial literacy and the promotion of inclusive curricula have shown transformative potential, increasing the sensitivity and quality of care offered to black users. Nursing practice stands out as a central axis in the construction of equitable and welcoming practices. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that anti-racist education is essential for critical and transformative education, but its implementation requires institutional commitment, curricular review, and policies to support students and teachers. The research contributes to strengthening the academic and social debate on health equity, but recognizes as limitations the exclusively bibliographical focus and the lack of empirical data. It is suggested that future studies explore practical experiences and indicators of the impact of anti-racist education in health services.

KEYWORDS: Health Education; Health Equity; Institutional Racism; Black Population Health.



INTRODUÇÃO

A trajetória da população negra no Brasil está profundamente relacionada a um processo contínuo de opressão, exclusão e marginalização social, marcado pelo tráfico transatlântico de escravos e perpetuado por políticas públicas negligentes quanto à garantia de seus direitos fundamentais. Apesar da abolição da escravatura em 1888, a ausência de medidas efetivas de inclusão resultou na persistência de desigualdades estruturais que ainda influenciam o acesso à saúde, à educação e ao emprego digno (Borret *et al.*, 2020). O racismo, enquanto determinante social da saúde, afeta diretamente a qualidade do atendimento recebido pela população negra, exigindo que a formação em saúde adote uma abordagem crítica e antirracista, voltada à promoção da justiça e da equidade.

Contudo, o processo formativo dos profissionais de saúde no Brasil permanece predominantemente pautado por um modelo biomédico, hegemônico e eurocêntrico, que desconsidera os marcadores sociais de raça e classe. Essa abordagem universalista tende a invisibilizar as especificidades da população negra e contribui para a reprodução de desigualdades nos próprios serviços de saúde (Cabral *et al.*, 2022). Ao não considerar o contexto histórico e social dos usuários negros, os currículos acadêmicos deixam de preparar profissionais capazes de atuar com sensibilidade e competência diante da diversidade étnico-racial brasileira.

O racismo institucional, uma das formas mais silenciosas e persistentes de discriminação, manifesta-se através da ausência de práticas inclusivas e da escassez de conteúdos voltados à saúde da população negra durante a formação acadêmica. Essa negligência, iniciada nos espaços educativos, reflete negativamente nos indicadores de saúde dessa parcela populacional, reforçando uma lógica excludente (Souza; Rocha; Nunes, 2024). A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), implementada em 2009, representa um marco importante no reconhecimento das desigualdades raciais em saúde. Entretanto, sua efetividade depende da incorporação dos seus princípios nos currículos e nas práticas pedagógicas das instituições responsáveis pela formação profissional (Brasil, 2009; Santos, 2021). A discrepância entre as diretrizes estabelecidas pela PNSIPN e a realidade educacional evidencia a necessidade de uma transformação estrutural no ensino em saúde pública, incluindo uma abordagem crítica acerca dos temas raça, racismo e equidade.

Nota-se ainda que a temática racial ainda é abordada de forma limitada e descontextualizada, frequentemente circunscrita a disciplinas optativas sem conexão com o núcleo central da formação (Oliveira; Austrilino; Riscado, 2021). Tal fragmentação curricular contribui para o silenciamento institucional das questões raciais e impede que os futuros profissionais desenvolvam uma postura crítica diante das desigualdades raciais presentes no processo saúde-doença. Essa deficiência educacional reflete uma exclusão histórica dos saberes e experiências da população negra dentro do espaço acadêmico. Ao negligenciar o papel do racismo como determinante social central, os currículos comprometem a formação de profissionais capazes de intervir efetivamente nas realidades sociais que geram adoecimento (Oliveira; Riscado; Vilela, 2018). Para

promover uma formação verdadeiramente transformadora, faz-se necessário reconhecer o racismo enquanto estrutura que molda instituições e vidas humanas, exigindo ações concretas desde os níveis iniciais do ensino.

A promoção de uma educação antirracista exige mais do que a simples inclusão pontual de conteúdos relativos às doenças prevalentes na população negra. É fundamental promover uma revisão epistemológica que valorize os saberes afro-brasileiros, a ancestralidade e a memória coletiva desconstruindo o mito da democracia racial ainda presente na sociedade e nas instituições (Caetano *et al.*, 2020). Tal abordagem visa resgatar práticas e identidades historicamente silenciadas, reconfigurando o processo pedagógico com diálogo entre diferentes narrativas.

Durante a pandemia causada pelo vírus COVID-19, as desigualdades raciais tornaram-se ainda mais evidentes. A população negra foi particularmente afetada por condições precárias de moradia, trabalho e acesso aos serviços de saúde mostrando como sua vulnerabilidade resulta de um sistema excludente ao invés de falhas individuais (Borret *et al.*, 2020). Este cenário reforça a necessidade urgente por uma formação crítica, humanista e antirracista capaz de preparar profissionais para lidar com realidades diversas marcadas por desigualdades profundas.

O movimento negro tem desempenhado papel fundamental na luta pela inclusão do tema racial nos currículos relacionados à área da saúde, contribuindo para a formulação de políticas públicas como a PNSIPN e o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2009). Contudo, ainda há resistência institucional à implementação plena dessas diretrizes resistência essa que revela uma lógica excludente que ignora demandas provenientes de uma parcela superior à metade da sociedade brasileira (Oliveira; Riscado; Vilela, 2018).

A descolonização dos saberes tradicionais e o fortalecimento das epistemologias negras representam caminhos essenciais para construir um ensino emancipador e plural. A pedagogia decolonial propõe romper com a lógica eurocêntrica vigente ao criar currículos que dialoguem com as experiências culturais dos grupos historicamente marginalizados (Souza; Rocha; Nunes, 2024). Nesse contexto, torna-se imprescindível incorporar elementos culturais afro-brasileiros na formação em saúde para promover justiça social e equidade.

Além das reformas curriculares, é essencial investir na capacitação continuada de docentes e preceptores, atores responsáveis pela mediação das mudanças pedagógicas. A sensibilização desses profissionais constitui etapa vital na consolidação de práticas educativas comprometidas com a promoção da equidade racial (Caetano *et al.*, 2020). O esforço coletivo envolvendo todos os atores institucionais é imprescindível para assegurar mudanças significativas no processo educativo.

A inclusão dos conteúdos relativos às questões étnico-raciais deve estar articulada às atividades extensionistas, às pesquisas acadêmicas e às experiências práticas realizadas em territórios vulneráveis. Essas ações aproximam os estudantes da realidade social vivida pelas populações negras fortalecendo sua formação cidadã crítica comprometida com a transformação das condições sociais dessa parcela populacional (Oliveira; Austrilino; Riscado, 2021).

Diante desse cenário configura-se justificada a realização desta pesquisa. Seu objetivo central consiste em analisar os efeitos decorrentes da educação antirracista na formação em saúde pública e sua repercussão na qualidade do atendimento prestado aos usuários negros. Busca-se contribuir para o desenvolvimento de um modelo educativo que promova justiça social, equidade racial e respeito às diferenças culturais articulando teoria à prática na luta contra o racismo como questão central tanto na área da saúde quanto nos direitos humanos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória, com delineamento baseado em uma revisão narrativa da literatura científica, voltada à análise crítica das evidências sobre a educação antirracista na formação em saúde pública e seus reflexos na atenção à população negra. Este tipo de estudo foi escolhido por possibilitar a síntese de produções científicas relevantes, promovendo uma compreensão abrangente e reflexiva acerca das práticas, lacunas e avanços no tema investigado.

A pesquisa foi conduzida no ambiente virtual, sem delimitação geográfica por meio da seleção de documentos científicos provenientes de bases reconhecidas, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Scholar, e repositórios acadêmicos de universidades brasileiras. Os textos utilizados também incluíram artigos completos previamente baixados e analisados em formato PDF, conforme os critérios de relevância, atualidade e aderência ao tema.

A amostra foi composta por artigos científicos que discutem, de forma direta, os aspectos da formação antirracista na área da saúde pública, os desafios curriculares na inclusão da temática étnico-racial, e os impactos do racismo institucional na atenção ao usuário negro. Os critérios de inclusão adotados foram: publicações entre os anos de 2018 e 2025; em língua portuguesa, espanhola ou inglesa; com acesso integral; e que abordassem a temática de forma crítica e aplicada à realidade brasileira. Foram excluídos resumos de eventos, trabalhos duplicados e textos que tratassem da temática de forma tangencial ou meramente descritiva.

As técnicas de análise de dados foram fundamentadas na análise de conteúdo temática, conforme proposta de Bardin, com a categorização das informações em eixos analíticos que refletissem os objetivos do estudo. As categorias foram organizadas a partir de padrões emergentes dos textos, permitindo identificar convergências, lacunas e proposições comuns entre os autores. Como se trata de uma pesquisa que não envolveu diretamente seres humanos ou animais, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme previsto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que exclui revisões bibliográficas da obrigatoriedade de aprovação ética. No entanto, o estudo respeitou os princípios éticos da integridade científica, da honestidade na análise e da correta citação das fontes utilizadas, conforme as normas da ABNT NBR 6023:2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a formação em saúde no Brasil ainda apresenta fragilidades consideráveis na incorporação de uma perspectiva antirracista. Apesar da existência de políticas públicas, como a PNSIPN, os currículos permanecem distanciados da realidade vivenciada pelos usuários negros do Sistema Único de Saúde (SUS), perpetuando estruturas acadêmicas que negligenciam os determinantes sociais relacionados à raça (Brasil, 2009; Ferreira *et al.*, 2022).

Um aspecto recorrente nas publicações analisadas é a ausência persistente de conteúdos sistematizados que abordem de forma crítica o racismo estrutural e institucional. Essa deficiência manifesta-se tanto na invisibilidade do tema racial nos planos de ensino quanto na escassez de espaços formais para o debate acerca da equidade racial (Rosa *et al.*, 2019). Tal omissão compromete a formação de profissionais capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades presentes no cuidado em saúde no país.

Além da insuficiência de conteúdos específicos, destaca-se a abordagem fragmentada e descontextualizada do tema racial nos cursos de graduação. Frequentemente, temas relacionados à saúde da população negra aparecem apenas em disciplinas optativas ou associados a doenças específicas, como a anemia falciforme, sem conexão com os aspectos históricos, sociais e culturais que moldam as vivências dessa população (Moura; Cardoso, 2021). Essa estratégia dificulta a construção de uma compreensão crítica acerca do racismo como determinante social da saúde.

A presença do racismo institucional nas universidades também se manifesta pela carência de docentes capacitados para tratar o tema com profundidade. Muitos professores não receberam formação específica sobre relações étnico-raciais, dificultando a condução de debates em sala de aula e contribuindo para o silenciamento institucional. Essa limitação impacta negativamente o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e transforma o ambiente universitário em espaço que reproduz desigualdades (Rosa *et al.*, 2019).

Por outro lado, experiências exitosas vivenciadas por alguns profissionais têm desempenhado um papel central na construção de práticas pedagógicas antirracistas. Iniciativas como o letramento racial em contextos formativos promovem a valorização da diversidade étnico-racial e o reconhecimento do racismo como determinante social do adoecimento. Essas vivências evidenciam o potencial do setor para fomentar uma formação crítica, sensível e humanizada (Ferreira *et al.*, 2022).

Apesar do reconhecimento por estudantes e docentes da relevância de uma educação antirracista, diversas barreiras institucionais dificultam sua consolidação permanente. A fragilidade dos mecanismos de avaliação das ações voltadas à equidade racial, aliada à resistência por parte de setores acadêmicos, limita o alcance dessas iniciativas (Silva *et al.*, 2023). Assim, torna-se imprescindível um compromisso institucional contínuo e sistemático para assegurar a efetividade das propostas.

A inexistência de indicadores claros para mensurar a presença e eficácia da educação antirracista na formação profissional constitui outro obstáculo relevante. Poucos cursos dispõem de instrumentos capazes de avaliar o impacto das ações afirmativas e dos conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial na formação e prática profissional (Santos; Almeida, 2021). Essa lacuna entre discurso institucional e implementação prática demanda políticas públicas educacionais mais rigorosas e fiscalizadas.

Outra dimensão destacada refere-se à importância das experiências práticas em territórios socialmente vulneráveis como ferramenta para sensibilização e desenvolvimento da consciência crítica. Projetos extensionistas e inserções comunitárias possibilitam que os estudantes compreendam as desigualdades raciais concretamente, desenvolvendo empatia, responsabilidade social e compromisso com a justiça (Santos; Almeida, 2021). A aproximação com as comunidades negras fortalece a formação cidadã e amplia o impacto das ações em saúde.

A interprofissionalidade emerge também como estratégia fundamental para enfrentar os desafios da formação em saúde diante das desigualdades raciais. A transversalidade do tema racial exige articulação entre diferentes áreas do saber e práticas colaborativas entre profissionais. Contudo, essa abordagem ainda encontra resistência nos projetos pedagógicos tradicionais, que frequentemente mantêm estruturas fragmentadas e disciplinares (Lopes *et al.*, 2020). Superar esse modelo é essencial para garantir um cuidado integral sensível às diversidades.

A autoidentificação racial dos estudantes constitui elemento relevante neste contexto. Pesquisas indicam que estudantes negros enfrentam racismo institucionalizado, discriminações dissimuladas e isolamento acadêmico fatores esses que prejudicam sua permanência, autoestima e desenvolvimento profissional (Ferreira *et al.*, 2022). A construção de ambientes acadêmicos acolhedores, com representatividade negra entre docentes e ações afirmativas de suporte, revela-se indispensável para reverter tais cenários.

As cotas raciais desempenham papel crucial na ampliação do acesso ao ensino superior por parte da população negra. No entanto, seu potencial transformador somente será plenamente realizado mediante políticas de permanência que ofereçam apoio psicológico, pedagógico e financeiro (Souza, 2023). A presença desses estudantes nas universidades reforça os debates raciais e contribui para desconstruir hegemonias eurocêntricas desde que haja acolhimento adequado às suas trajetórias.

Moura e Cardoso (2021) também ressalta a necessidade do uso de uma abordagem interseccional na formação em saúde pública. Reconhecer que processos de adoecimento são influenciados por raça, classe, gênero e território amplia a compreensão sobre vulnerabilidades sociais, aprimorando assim a qualidade do cuidado oferecido. Nesse sentido, a interseccionalidade configura-se como ferramenta analítica potente para práticas mais sensíveis e resolutivas.

A escuta ativa aliada ao reconhecimento da identidade racial dos usuários constitui princípio fundamental para um atendimento mais humanizado e ético. Profissionais formados sob princípios antirracistas demonstram maior capacidade para acolher as vivências psíquicas das populações negras, frequentemente invisibilizadas no modelo biomédico tradicional (Silva *et al.*, 2023). Para isso, são necessárias metodologias inovadoras na formação continuada desses profissionais.

Apesar dos avanços nas políticas públicas existentes como o Estatuto da Igualdade Racial sua implementação nas instituições acadêmicas permanece limitada. A ausência de regulamentações claras que tornem obrigatória a inclusão transversal das temáticas raciais nos currículos favorece uma abordagem superficial ou até omissa sobre o tema. Assim sendo, há necessidade premente de ações fiscalizadoras mais

rigorosas por parte dos órgãos reguladores do Ministério da Educação (Santos; Almeida, 2021).

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de uma política institucional sólida voltada à formação continuada dos docentes. Muitos professores sensibilizados com as questões raciais carecem de instrumentos teóricos e metodológicos específicos para desenvolver práticas antirracistas em sala. Tal deficiência perpetua uma pedagogia normativa baseada no currículo eurocêntrico que não dialoga com as diversidades brasileiras (Souza, 2023). Adicionalmente, observa-se escassez na produção acadêmica centrada nas epistemologias negras elemento necessário para consolidar uma educação verdadeiramente antirracista. Poucos programas utilizam autores negros como referência principal na construção curricular; isso reforça uma visão monocultural do saber. Incorporar intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro ou Frantz Fanon é fundamental para romper com hierarquias epistêmicas excludentes (Ferreira *et al.*, 2022).

Ainda nesse âmbito, destaca-se que a democratização do conhecimento passa pelo reconhecimento das vivências comunitárias enquanto fontes legítimas de saber. As lideranças negras, suas organizações tradicionais e suas práticas culturais acumulam experiências essenciais à compreensão dos determinantes sociais do adoecimento bem como à formulação de estratégias efetivas no cuidado à saúde. O vínculo entre universidade e comunidade fortalece o compromisso social na formação profissional (Moura; Cardoso, 2021).

O combate ao racismo estrutural demanda também questionar a hegemonia da branquitude enquanto posição universalizada de fala e poder nas instituições acadêmicas. A predominância branca nos cargos gerenciais ou docentes influencia diretamente as decisões curriculares ou institucionais. Reconhecer os privilégios decorrentes desse cenário bem como implementar ações afirmativas voltadas à presença negra nos espaços decisórios representam estratégias essenciais para promover transformações profundas nessas estruturas (Silva *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, conclui-se que a educação antirracista na formação em saúde pública representa um caminho essencial para transformar práticas acadêmicas e assistenciais, contribuindo significativamente para a equidade no atendimento à população negra. A questão de pesquisa, que indagava sobre os reflexos da formação antirracista na atenção ao usuário negro, foi respondida com evidências claras de que a ausência de conteúdos críticos e estruturados sobre racismo institucional compromete a qualidade e a humanização do cuidado prestado.

Os resultados evidenciaram que, embora existam iniciativas pontuais, o racismo estrutural ainda é reproduzido nos currículos, nas práticas pedagógicas e na organização dos serviços de saúde. A formação que incorpora o letramento racial, a escuta ativa e a valorização das identidades negras demonstra potencial para transformar a realidade dos serviços públicos, criando espaços mais inclusivos e sensíveis às desigualdades raciais. Essas descobertas contribuem de forma relevante para os campos acadêmico e social, pois indicam caminhos concretos para a construção de uma saúde mais justa. Contudo, o estudo apresentou limitações,

como a restrição à análise de publicações em português e o recorte temporal limitado à última década, o que pode ter excluído experiências internacionais relevantes ou publicações mais antigas. Além disso, por tratar-se de uma revisão bibliográfica, não foi possível aprofundar as percepções de discentes e docentes em contextos reais de ensino.

Recomenda-se que futuras pesquisas envolvam estudos de campo com abordagem qualitativa e quantitativa, além da elaboração de indicadores específicos para mensurar a presença e os efeitos da educação antirracista na formação e prática profissional. Investigar a implementação de políticas institucionais de combate ao racismo nos cursos da área da saúde também se mostra uma agenda urgente. Por fim, destaca-se que a consolidação de uma formação em saúde verdadeiramente antirracista requer vontade política, revisão curricular, formação docente contínua e, sobretudo, o compromisso coletivo com a justiça social e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BORRET, Rita Helena *et al.* Reflexões para uma prática em saúde antirracista. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. l.], v. 44, supl. 1, p. e0148, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Y7gJRSxKYVjZDZg8DJHnF9N>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 14 maio 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes *et al.* Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista? **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. e133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v46.3-20210343>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/3vFCyktXK6B3T4yNzYyF6MJ>.

CAETANO, George Luiz Neris *et al.* O serviço de saúde antirracista: instrumentos de dessilenciamento racial e o ensino-serviço médico libertador. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 1–11, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufsj.edu.br/RBEM/article/view/342>.

FERREIRA, M. M. *et al.* Letramento racial e o protagonismo da enfermagem na construção de uma saúde equitativa e inclusiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 75, p. e20220097, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0097>.

GERMANI, Ana Claudia *et al.* Interdisciplinaridade, interprofissionalidade e diversidade racial na formação antirracista do profissional de saúde: vozes e aprendizados. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 6, p. 175–184, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E615>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KpgW9kZ7mZRLHJYYB3kN7CV>.

LOPES, F. *et al.* Educação antirracista e saúde da população negra: desafios e estratégias. **Cuadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. e34129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.08752021>.

MOURA, L. O.; CARDOSO, M. M. M. Saúde da população negra na formação profissional em enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 26, n. 10, p. 3957–3964, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.08752021>.

OLIVEIRA, Maria Cristina da Conceição; AUSTRILINO, Lenilda; RISCADO, Jorge Luis de Souza. Análise curricular do curso de medicina na perspectiva da saúde da população negra. In: **CIAIQ – Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 10., 2021, Lisboa. Atas... Lisboa: Ludomedia**, 2021. v. 7, p. 341–349. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.7.2021.341-349>. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2021/article/view/341>.

OLIVEIRA, Maria Cristina da Conceição; RISCADO, Jorge Luís de Souza; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de medicina: análise curricular. **Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo**, v. 4, n. 3, p. 34–56, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i3.2606>. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/rebes/article/view/2606>.

ROSA, L. G. F. *et al.* Percepções e ações dos enfermeiros em relação ao racismo institucional na saúde pública. **Revista de Enfermagem da UFSM, Santa Maria**, v. 9, p. e8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769231131>.

SOUZA, Dyana Helena de; ROCHA, Dais Gonçalves; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Saúde da população negra na formação em saúde: perspectivas rumo à equidade racial. **Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 29, p. e02992024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.02992024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GtJgF5cKmhFnDfLNCXBTh9m>.

SANTOS, Ana Paula dos *et al.* Nurses' perceptions and actions about institutional racism in public health. **Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto**, v. 29, p. e3497, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.4375.3497>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5SyycrDbRtJJDdKYff64Wxr>.

SANTOS, A. R.; ALMEIDA, A. M. Narrativas sobre a formação em saúde e o enfrentamento do racismo institucional. In: **CIAIQ – Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 10., 2021, Lisboa. Anais... Lisboa: Ludomedia**, 2021. p. 1–13. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2021/article/view/130>.

SILVA, A. R. M. *et al.* Educação antirracista no contexto da enfermagem: uma abordagem necessária para a saúde inclusiva. **Revista Presença Pedagógica, Rio de Janeiro**, v. 14, n. 1, p. 3466, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31512/rpu.v14i1.3466>.

SILVA, L. S. A. H. *et al.* Construindo uma narrativa antirracista para a formação em enfermagem: relato de experiência de uma ação afirmativa em sala de aula. **Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia**, v. 25, p. 1–7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v25.73996>.

SOUZA, I. M. B. Importância da formação plural de futuros(as) trabalhadores(as) da área da saúde como agentes para promoção da saúde pública. **Revista de Medicina (São Paulo), São Paulo**, v. 102, n. 3, p. e-214281, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v102i3e-214281>.